ENTRELUGAR

# RESENHA - O LULISMO EM CRISE: UM QUEBRA-CABEÇA DO PERÍODO DILMA (2011-2016)/(INTRODUÇÃO E PARTE I)

**Luiz Felipe Rodrigues**
Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da
Universidade Federal da Grande Dourados
luiz.felipe.r@outlook.com

SINGER, André. Introdução; Parte I. In: _____. *O Lulismo em crise*: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016). 1ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

André Singer é um cientista político e professor do departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo (USP). Graduado em Ciências Sociais e em Jornalismo pela Universidade de São Paulo (USP) e com Mestrado e Doutorado em Ciência Política pela mesma instituição, trabalhou na *Folha de S. Paulo* e foi Secretário de Imprensa da Presidência da República entre 2005 e 2007, no primeiro mandato do governo Lula.

Em o "Lulismo em crise", Singer analisa o período do governo Dilma Rousseff para tecer uma interpretação do funcionamento do sistema político-partidário brasileiro, trazendo apontamentos que explicam o impeachment da presidente em 2016. Segundo o autor, Dilma tentou acelerar o reformismo fraco de Lula a partir de um "ensaio desenvolvimentista e republicano", mas acabou em "ziguezague" por uma série de decisões que "tocaram onças com caras curtas". A obra pontua que o governo de Dilma pode ser dividido em dois marcos temporais para análise: o antes e o depois das manifestações de junho de 2013. No primeiro a Presidente consegue manter um elevado índice de popularidade e ter sucesso nas medidas econômicas adotadas, cenário que não se repete no segundo período, marcado por uma gestão errática que a faz perder sua base eleitoral, e que despedaça a força do Lulismo.

O termo "Lulismo", cunhado por ele mesmo em outras publicações, se refere a um fenômeno de realinhamento eleitoral a partir da eleição de Lula em 2002, apoiado pela classe trabalhadora e pelos pobres. Seu governo conseguiu manter a estabilidade e o crescimento econômico e promoveu políticas de redistribuição de renda, porém, caracterizou-se pelo reformismo fraco e por uma série de decisões contraditórias. O período do Lulismo é também considerado uma segunda experiência desenvolvimentista no país, tendo acontecido a primeira a partir da Revolução de 1930 (SINGER e LOUREIRO, 2016).

O livro, que começa com uma introdução denominada "Do sonho rooseveltiano[1] ao pesadelo golpista", se divide em duas partes. Na primeira, titulada como "Os dramas do primeiro mandato", Singer disserta quatro capítulos, sendo: 1) Cutucando onças com bases curtas; 2) Erradicação da miséria, nova pobreza e nova classe trabalhadora; 3) A encruzilhada de junho; 4) Três partidos brasileiros. Na parte II, nomeada como "As Tragédias do Impeachment", o autor nos traz mais três capítulos: 5) Uma vitória de Pirro; 6) Dilma por ela mesma e 7) Lula, Lava Jato e Temer na batalha final. O livro finaliza com uma conclusão titulada "Dois passos adiante, zigue-zague e queda". Na presente resenha, nos debruçaremos em diálogo com o capítulo introdutório e com a parte I da obra.

Singer faz um panorama dos governos de Dilma Rousseff (2011-2016), buscando analisar as medidas adotadas durante a sua governança, e o porquê da tentativa desenvolvimentista não ter progredido, acarretando em seu impeachment em 2016. Dilma chegou à Presidência da República herdando dos governos Lula um crescimento de 7,5% do PIB, uma taxa de desemprego de 5,3%, e uma conjuntura em que uma massa considerável da massa trabalhadora estava usufruindo de serviços antes destinados apenas à classe média, como viagens de avião, tratamento odontológico e ingresso no ensino superior. O Brasil, nos governos de Lula, parecia ter incluído os pobres no desenvolvimento capitalista adotando uma política de integração sem confronto.

[1] O termo faz referência à Franklin Delano Roosevelt que foi o presidente dos Estados Unidos responsável por implantar o *New Deal* (1933-1937), uma política econômica-social a partir da intervenção estatal, e, nesse sentido, faz alusão ao ensaio desenvolvimentista de Dilma Rousseff.

Favorecido pelo boom das commodities, o governo Lula aumentou o salário mínimo e estabeleceu políticas sociais como o programa Bolsa Família, a ampliação do acesso ao ensino superior, incentivo à agricultura familiar, etc. Ao integrar a superpopulação excedente, população que estava excluída do mercado de trabalho e de consumo, o lulismo diminuiu a reserva de mão-de-obra, provocando o descontentamento das classes mais abastadas (a elite do atraso!) já que estas passaram a encontrar dificuldades em encontrar trabalhadores domésticos e se sentiram prejudicadas em ter que responder ampliação de direitos que os trabalhadores conquistaram.

Impulsionada pelo capital político acumulado por Lula, Dilma quis acelerar o ritmo do reformismo fraco dando curso a uma política econômica desenvolvimentista e a uma ação republicana de combate a círculos de corrupção entranhados no Estado a fim de reindustrializar o país. A presidente procurou manter a orientação à integração social até 2014 com a ampliação do programa Bolsa Família, o pleno emprego, a valorização do salário mínimo, a criação do programa Mais Médicos, a construção de Centros de Referência de Assistência Social, etc. Nesse sentido, Dilma buscou seguir caminhando ao objetivo de erradicação da miséria, o que não significaria a erradicação da pobreza. No entanto, o autor destaca que apesar da redução da miséria, a pobreza permaneceu, e como podemos perceber no momento atual, se sustentou em uma estrutura muito fraca, pois nas circunstâncias político-econômicas atuais, muitas das famílias da base da pirâmide voltaram para níveis abaixo. Assim, Singer considera que o lulismo possibilitou a cerca de 30 milhões de pessoas passarem da "massa trabalhadora" para a "baixa classe média".

Nessa dinâmica sem reindustrialização, houve forte expansão do emprego com baixa remuneração e com carteira assinada, deslocando-se para a área de serviços, setor que dificulta o autorreconhecimento dos trabalhadores enquanto classe trabalhadora. Nisso, inseridos em relações trabalhistas que bloqueiam sua organização coletiva, são atraídos por valores da classe média. Marilena Chauí aponta que essa nova classe trabalhadora carrega efeitos do neoliberalismo: a fragmentação e a terceirização. Ruy Braga denomina esse grupo de trabalhadores como precariado e aponta que a combinação entre formalização e precarização do trabalho foi uma das características da era Lula.

Algumas condições começaram a ser construídas para promover um maior ativismo estatal como a criação do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) e o acionamento dos bancos públicos na reorganização produtiva. Com isso, Dilma reduziu os juros, forçando os spreads para baixo, enfrentando o núcleo que organiza o capital, diminuindo os ganhos por parte dos bancos privados, já que, a redução agressiva dos juros e a elevação dos limites de várias linhas de crédito por parte do Banco do Brasil acirrou a concorrência.

Em 2011 a segunda fase da crise financeira planetária afetou o Brasil e Dilma adotou medidas anticíclicas de caráter intervencionista para sustentar o ritmo local. Dentre essas medidas, esteve a redução de juros, o uso intensivo do BNDES para liberar crédito subsidiado para o investimento das empresas, uma política industrial que reduzia o Imposto sobre Produtos Industriais e que ampliava a política do Microempreendedor Individual, desonerações da folha de pagamento para quinze setores intensivos em mão-de-obra, um plano para infraestrutura para estimular a inversão em rodovias e ferrovias, uma reforma no setor elétrico barateando o preço da eletricidade para promover competitividade das indústrias, a desvalorização do real, o controle de capitais para impedir que a entrada de dólares valorizasse o real prejudicando a competitividade dos produtos brasileiros e a proteção ao produto nacional favorecendo a produção interna.

Ao diminuir o preço da eletricidade em 2012 para atender a indústria, e, ao mesmo tempo, diminuindo a conta de luz da população, parecia que o governo tinha conseguido uma vitória na coalização industrial-trabalhista, fazendo com que, juntamente com as medidas anteriores, o ensaio desenvolvimentista chegasse ao seu auge. Contudo, no começo de fevereiro de 2013, tal clímax começa a desmoronar quando o presidente do Banco Central anuncia em entrevista em rede nacional que a inflação estava mostrando forte resiliência, fazendo com que os investidores começassem a apostar na alta dos juros, usando a política monetária para segurar a inflação, desmontando parte central do ensaio desenvolvimentista que vinha sendo construído até então. Nisso, o Banco Central iniciou em abril o ciclo de alta de juros, contraindo a demanda e carreando recursos para os rentistas. O que se seguiu a partir daí foram o aumento contínuo dos juros que só viriam a cair em 2016, cortes no investimento público e diminuição das restrições ao capital especulativo.

Consequentemente, entraram em cena os ataques ao ativismo estatal por parte de bancos estrangeiros, agências de risco, instituições internacionais de controle econômico, corporações multinacionais e meios de comunicação de massa, o que suscitou um ajuste recessivo por parte do governo pressionado por diversos meios para cessar o intervencionismo e deixar o mercado funcionar para reordenar o país. As críticas ao intervencionismo de Dilma apontavam que o caminho certo era uma receita neoliberal: diminuir os gastos do Estado, reduzir o valor das aposentadorias, cortar impostos e reformar as leis trabalhistas para flexibilizá-las a favor do capital. Tal pressão por essa receita veio do empresariado industrial, representando uma situação contraditória, já que, as medidas desenvolvimentistas estavam sendo adotadas ao seu favor.

Para entender as articulações de classe que caracterizariam o lulismo e os motivos que levaram o empresariado industrial trocar de posição, Singer propõe considerarmos duas coalizões contrapostas: a rentista, de receituário neoliberal que reuniria o capital financeiro e a classe média tradicional, e a produtivista, com meta de intervenção estatal para promover a reindustrialização que reuniria os empresários industriais e a fração organizada da classe trabalhadora. O governo Lulista, respondendo ambas com suporte ao subproletariado, arbitraria os conflitos conforme a correlação de forças. A rentista encontraria canal privilegiado no PSDB, enquanto a produtivista no PT. Enquanto isso, o PMDB captou o agronegócio, que oscilaria entre as duas coalizões principais. No início, temendo a desindustrialização, a liderança empresarial do estado de São Paulo, o mais industrializado do país, assumiu plataforma conjunta com os sindicatos operários. Com isso, Dilma adotou uma série de propostas para responder aos anseios dos produtivistas.

À medida que tais propostas eram implementadas, os industriais foram progressivamente se afastando do governo, alinhando-se continuamente ao bloco rentista pelo temor ao "estatismo". Logo, esse setor passou a viabilizar propostas para a modernização trabalhista que se voltavam contra os trabalhadores. Nisso, a FIESP, por exemplo, divulgou em 2011 um estudo apontando vantagens de indústrias brasileiras se instalarem no Paraguai, já que o país vizinho teria mão-de-obra barata e não teria encargos trabalhistas. Nisso, podemos voltar à Dowbor (2017) quando este aponta que para driblar os interesses dos fluxos econômicos que circulam em um meio

transnacional, seria necessária uma governança planetária para regularizá-los, pois o atual modelo de governança não é coerente com o espaço da economia nos moldes atuais.

Singer assinala o apontamento de Armando Boito de que o fato do empresariado brasileiro ter apoiado um lado contrário aos seus interesses pode se explicar a partir dos acordos burgueses gerais que vão além das disputas concorrenciais interburguesas. A desindexação de salários, a desregulamentação das relações de trabalho e a redução dos direitos sociais são uns desses interesses em comum. Nesse sentido, a camada industrial acaba sendo sensível à ideologia neoliberal, tornando os argumentos do setor financeiro mais sedutores aos industriais, já que temem perder o controle perante a classe trabalhadora – a dita luta de classes. O fato das frações do capital associarem capitais nacionais com o capital internacional diluindo fronteiras e estabelecendo a emergência de capitais transnacionais também pode ser uma variável explicativa. Outra, também fundamental, é o fato de que a parte financeira é progressivamente mais significativa que a parte produtiva.

Nessas perspectivas, é importante apontar que o baixo crescimento do PIB, a pressão inflacionária e a redução da margem de lucro, a reorganização da dimensão externa com a coexistência competitiva de Estados Unidos e China, e a expressiva quantidade de paralizações que afastou o capital do trabalho, também impulsionaram o apoio ao movimento anti-intervencionista. Singer aponta que a queda da lucratividade, o aumento das greves e a reorientação internacional que incidiu sobre a ideologia foram mais centrais nesse processo.

Com a formação de uma solidariedade intercapitalista com a adesão dos industriais, do agronegócio, do comércio e dos serviços às propostas do setor financeiro rentista, com o suporte da classe média tradicional, completou-se a unidade em torno do corte de gastos públicos, da diminuição da proteção aos trabalhadores e da queda do valor do trabalho, desfazendo o ensaio desenvolvimentista. Assim, a tentativa de unir empresários em torno de um projeto nacional fracassou, acarretando no apelo ao ajuste fiscal que passaram a reivindicar. A partir daí, Dilma entre em ziguezague, desagradando a todos e promovendo o seu isolamento, já que os setores populares não foram mobilizados entre Dilma e o setor financeiro para defender o desenvolvimentismo, atentando mais uma vez, para uma revolução passiva como diria

Chico de Oliveira (2018). Nisso, acabou perdendo o apoio da esquerda e da base Lulista para enfrentar a direita na política. Pelo contexto do pacto conservador Lulista, o intervencionismo em prol de um projeto desenvolvimentista compraria brigas inéditas por confrontar o poderoso setor financeiro.

Dilma, segundo o autor, vinha desde 2011 tentando apostar em medidas desenvolvimentistas. No entanto, errou ao não se pronunciar sobre tais medidas a fim de mobilizar os trabalhadores e as camadas populares para defender o desenvolvimentismo e conscientizá-los que sustentava políticas de inclusão contra a oposição da burguesia que queria o ajuste recessivo. Tal situação se agravou para a Presidente pelo fato de que em propaganda política, o governo vinha afirmando que suas políticas tinham promovido a mobilidade de várias pessoas para a "classe média", o que implica em determinados valores e ideologias que causaram o desperdício do potencial classista da "nova classe trabalhadora", que seria uma etiqueta mais adequada politicamente para tratar desse grupo social que tinha ascendido no período, ou seja, o PT não soube interpretar a situação em que deveria distinguir setor intermediário de classe média. Como resultado, parte da população de baixa renda apoiou o impeachment, consequência também da falta de sua politização e da ilusão do empreendedorismo e da meritocracia. Com tudo, verifica-se uma dificuldade de autorreconhecimento dos pobres enquanto classe trabalhadora no Brasil.

Em 2015, a rejeição de Dilma alcançou a cifra de 70%, abrindo o caminho para o sucesso do golpe. O impeachment de Dilma demonstrou o quão problemática foi a aliança com o PMDB marcada pelo clientelismo. Por esse mesmo recurso, o golpe foi realizado por dentro da constituição. Ao endurecer a lei contra corrupção, Dilma provocou reações duras dos prejudicados, pois, práticas muito antigas de clientelismo passaram a ser coibidas, o que deu início à coalização PMDB-PSDB que arquitetaria o seu golpe. Ao tomar o posto de Dilma, Michel Temer tomou medidas para revogar políticas sociais e desmantelar o Estado de bem-estar social e o legado da construção democrática da sociedade desde os anos 1980. Conforme Singer, que se reporta à Kathryn Hochstetler, o impeachment constitui um novo tipo de instabilidade nos países da América Latina, substituindo os antigos golpes militares. Tais impedimentos resultam de protestos populares contra políticas neoliberais e pressões de elites em relação a governos progressistas, caracterizando um mecanismo semi-parlamentarista de

derrubada de governos. Como podemos perceber, é um processo contraditório e que demonstra a falta de informação que a população tem acerca do que acontece na máquina política, pois acabam apoiando medidas que tiram os seus próprios direitos. Um fator importante para analisar esse processo é que o sistema partidário brasileiro precisa ser compreendido a partir da dialética entre modernização e pobreza – um partido popular e um de classe média, que reapresentam a luta de classes existente no país, criando uma polarização entre ricos e pobres. Isso traz um problema para a democracia, pois favorece uma dinâmica radicalizada e o golpismo por parte do partido de classe média que encontra dificuldades em vencer as eleições presidenciais.

O autor aponta que a Copa do Mundo de Futebol de 2014 e as Olimpíadas de 2016 sediadas pelo Brasil projetavam-se como a consagração definitiva do lulismo. Apesar de representarem um "marketing" do Brasil como uma potência em desenvolvimento ao exterior, parece que tais eventos acabaram sendo um dos estopins do descontentamento social com o governo, e consequentemente, dos movimentos "antipetistas", que mais tarde, acabaram sendo cruciais para o golpe contra Dilma Rousseff e para a decadência do lulismo. A realização de tais eventos foi marcada por gastos exorbitantes e por obras que seguem inacabadas até os dias atuais. Notícias recentes, por exemplo, apontam que ainda há obras inacabadas em 11 das 12 cidades-sede da Copa, sendo a maioria nas áreas de mobilidade urbana e aeroportos – e os motivos, segundo os responsáveis, se devem à falta de recursos, problemas com construtoras, impasses judiciais e desapropriações[2].

Lembro-me que essa situação, às vésperas da Copa, gerou uma "comoção" nacional que se materializou em diversos protestos pelo país levados à frente pela juventude que reclamava o porquê de tantos recursos serem destinados para esses eventos, se o país carecia de mais investimentos em educação, saúde, infraestrutura e demais necessidades sociais. Os protestos que começaram a se levantar a partir de junho de 2013, conforme Singer, tiveram seu estopim na reinvindicação pública da redução do preço das passagens no transporte público de São Paulo que tinham sido reajustadas. Esse movimento acabou sendo recebido pela força policial, atraindo a atenção do grande público, mobilizando centenas de milhares de pessoas pelo país.

[2] Disponível em: https://g1.globo.com/economia/noticia/quatro-anos-depois-ainda-ha-obras-prometidas-para-copa-no-brasil-inacabadas-em-11-das-12-cidades-sede.ghtml

O movimento ao alcançar envergadura nacional, parece ter sofrido uma dispersão de conteúdo. Avisadas pelas redes sociais de internet, as pessoas saíram em protesto nas ruas por diferentes motivos como o descontentamento com os preços das passagens, com os gastos da Copa, com a violência, com a corrupção e com os políticos em geral. Nisso, juntaram-se nas ruas grupos com posições políticas opostas, incluindo desde as mais "progressistas" até as mais "conservadoras", num movimento supostamente "apartidário" que se dava por uma suposta "união" entre a nova classe trabalhadora (sobretudo, a que alcançou o ensino superior) e a classe média tradicional, que estaria mais eufórica ainda com o auge da Operação Lava Jato publicizada pelas lentes da mídia. O subproletariado esteve praticamente ausente das manifestações, provavelmente pela falta de informação e também, porque quando se trabalha muito, resta pouco tempo e ânimo para participar dessas ações – lembro-me que quando participei, as pessoas que trabalhavam nos estabelecimentos comerciais, por exemplo, ficavam nas entradas apenas observando com curiosidade.

No entanto, a euforia do movimento acabou sendo tomado por estratégias de grupos simpatizantes da direita como o Movimento Brasil Livre (MBL), alimentando o antilulismo, que posteriormente, desembocaria no grande apoio popular à candidatura do boçal de extrema-direita Jair Bolsonaro e do seu discurso antissistema, anticorrupção, contra minorias e contra intervencionismo do Estado na economia. Tais acontecimentos inesperados de junho de 2013, segundo o autor, dividem o período Dilma em dois, fazendo com que sua aprovação caísse.

Nesse sentido, como bem aponta Singer, a onda de protestos não representou um levante contra a ordem capitalista, que é, de certa forma, a maior responsável pelos aumentos de preço do transporte público, pelas obras inacabadas, pela dívida pública, etc., que nada mais são, do que sintomas de um Estado tomado por interesses hegemônicos do capital. Mas sim, acabou representando um movimento que expressaria uma descrença ao Estado, ao governo e ao poder político em geral, sobretudo, no Executivo, o que mais tarde, acabaria abrindo ainda mais as portas para os interesses neoliberais do capital.

Aponto a insatisfação do poder Executivo porque, ao observar o cenário político recente do país desde as situações trazidas por Singer das quais também fiz parte, tenho a impressão de que pelo fato de uma considerável parcela da população

brasileira desconhecer o funcionamento da máquina governamental do país, o descontentamento acaba desembocando quase que exclusivamente a quem ocupa o cargo de Presidência – se a cidade, o estado ou o país "vão mal", a culpa é quase sempre da ou do Presidente, sendo os deputados, senadores, governadores e outros agentes governamentais, financeiros, etc., poucas vezes citados e lembrados nos reclamos cotidianos. Tais reclamos de descontentamento também ficam muito restritos à polarização partidária, que levadas com fanatismo, dificultam a análise crítica do contexto real. Assim, cria-se uma crença de que o Estado por meio dos impostos e da burocracia atrapalha a ascensão individual. Há um severo desconhecimento do Estado e de suas diretrizes de bem-estar social por parte da população, dificultando que cumpram seus deveres, que acessem seus direitos, e que usufruam de políticas públicas.

Podemos seguir a reflexão de que a política e a economia brasileira conforma um sistema hibrido que nunca se completa, uma estrutura bipolar, conforme Chico de Oliveira (2018), ou dualista, como aponta Rangel (2005). Tal característica mantém uma massa flutuante de pobreza e funciona bem para a acumulação, aponta Singer. O mesmo analisa que somente o reformismo fraco dá certo num sistema desse tipo. "Acelerar o passo", como fez Dilma, desperta forças destinadas a desfazer os avanços sociais – e elas são fortes, pois apoiadas na fragilidade do Estado perante aos agentes do capital e de seu regime financeiro.

## REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

DOWBOR, Ladislau. A Era do capital improdutivo. São Paulo: Outras Palavras & Autonomia Literária, 2017.

OLIVEIRA, Francisco de. O adeus do futuro ao país do futuro: uma biografia breve do Brasil. *In*: _____. *Brasil*: uma biografia não autorizada. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

RANGEL, Ignácio. Ciclo, tecnologia e crescimento. *In*: BENJAMIM, Cesar (org*). Obras reunidas***.** v.2, São Paulo: Contraponto, 2005. p. 255-408.

SINGER, André; LOUREIRO, Isabel. *As contradições do Lulismo.* São Paulo: Boitempo, 2016.

*Recebido para publicação em julho de 2019*

*Aceito para publicação em julho de 2019*